

# Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI

Bernardo Salgado Rodrigues\*

**Resumo:** A decolonização do pensamento é uma variável-chave para qualquer revolução social intensiva e diuturna no século XXI. Compreendida como um processo de enfrentamento dos desafios colocados pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo como modos de pensar dominantes e universais, esse processo requer ferramentas epistemológicas e experiências empíricas para sua efetivação. Nesse contexto, o objetivo do artigo é investigar a perspectiva periférica de uma geopolítica decolonial latino-americana através das bases de uma conjuntura internacional de ascensão do Sul Global, utilizando como estudo de caso experiências contra-hegemônicas no século XXI. Através de revisão bibliográfica e a partir do método empírico-dedutivo, visa-se ratificar a imprescindibilidade de uma reflexão mais extensa das possibilidades de instauração de uma gramática da decolonialidade, que possibilite novos arranjos geo-epistêmicos.

**Palavras-chave:** Geopolítica Decolonial. Contra-Hegemonia. Eurocentrismo. Sul Global. América Latina.

**Abstract:** The decolonization of thought is a key variable for any intensive and lasting social revolution in the 21st century. Understood as a process of facing the challenges posed by eurocentrism and by ethnocentrism as dominant and universal ways of thinking, this process requires epistemological tools and empirical experiences for its realization. In this context, the objective of the article is to investigate the peripheral perspective of a Latin American decolonial geopolitics under the bases of an international situation of the Global South's rise, using as case studies counter-hegemonic experiences in the 21st century. Through literature review and from the empirical-deductive method, the aim is to ratify the need for a more extensive reflection on the possibilities of establishing a decoloniality grammar, which allows for new geo-epistemic arrangements.

**Keywords:** Decolonial Geopolitics. Counter-Hegemony. Eurocentrism. Global South. Latin America.

**Resumen:** La decolonización del pensamiento es una variable clave para cualquier revolución social intensiva y diurna en el siglo XXI. Entendido como un proceso de afrontamiento de los desafíos planteados por el eurocentrismo y el etnocentrismo como formas de pensar dominantes y universales, este proceso requiere herramientas epistemológicas y experiencias empíricas para su realización. En este contexto, el objetivo del artículo es indagar la perspectiva periférica de una geopolítica decolonial latinoamericana bajo un escenario internacional de ascenso del Sur Global, utilizándose experiencias contrahegemónicas en el siglo XXI. A través de la revisión de la literatura y desde el método empírico-deductivo, se busca ratificar la necesidad de una reflexión más amplia sobre las posibilidades de establecer una gramática de la decolonialidad, que permita nuevos ordenamientos geoepestémicos.

**Palabras clave:** Geopolítica Decolonial. Contrahegemonía. Eurocentrismo. Sur Global. América Latina.

\* Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor e Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-PEPI).

## Introdução

Historicamente, a colonialidade do pensamento influencia o modo de pensar e agir dos países periféricos, tais como os latino-americanos. A partir do eurocentrismo, os países dos grandes centros de poder mundiais constituíram a noção de totalidade através da sua experiência particular, instituindo uma universalidade radicalmente excludente e que todos os demais países deveriam adotar. Essa construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de seu próprio experimento, coloca sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal.

Nesse sentido, a decolonização do pensamento é uma variável-chave para qualquer revolução social intensiva e diuturna no século XXI. Compreendida como um processo de enfrentamento dos desafios colocados pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo como modos de pensar dominantes e universais, esse processo requer ferramentas epistemológicas e experiências empíricas para sua efetivação. Nesse contexto, o objetivo do artigo é investigar a perspectiva periférica de uma geopolítica decolonial latino-americana através das bases de uma conjuntura internacional de ascensão do Sul Global, utilizando como estudo de caso experiências contra-hegemônicas no século XXI. Através de revisão bibliográfica e a partir do método empírico-dedutivo, visa-se ratificar a imprescindibilidade de uma reflexão mais extensa da questão periférica, contra-hegemônica e decolonial como possibilidade de retomada da política anti-sistêmica na discussão contemporânea.

Sinteticamente, o trabalho apresentará duas seções além desta introdução e das considerações finais, cada uma fundamentando peculiaridades imprescindíveis correlacionadas à temática da decolonização do pensamento numa perspectiva periférica. Na primeira parte, julga-se necessária a sistematização de uma reflexão teórica e epistemológica referente ao que se denomina como geopolítica decolonial, apresentando suas principais características e particularidades. Na segunda parte, busca-se analisar possíveis correlações empírico-epistemológicas entre as experiências contemporâneas de uma geopolítica decolonial latino-americana, imperativo para uma reflexão mais ampla das possibilidades de instauração de uma gramática da decolonialidade e anti-eurocêntrica, que permita novos arranjos geo-epistêmicos.

## Reflexões teórico-epistemológicas para uma geopolítica decolonial

A conceituação da geopolítica pode parecer uma tarefa simples, mas sua sistematização de modo homogêneo é impedida por sua própria natureza: em outras palavras,

a geopolítica só pode ser considerada se levar em consideração que os diferentes interesses nacionais no sistema internacional são assimétricos, hierárquicos e competitivos, e, concomitantemente, diferentes visões geopolíticas são desenvolvidas a fim de estabelecer relações causais em distintos espaços e tempos. Ela oferece uma proposta/visão/representação específica de mundo, que são distintas entre si, relacionadas com as condições materiais e históricas, dinâmicas e cambiantes.

A busca de uma definição se justifica para o que “[...] pode ser, conceitualmente, e o desdobramento que esse instrumento pode apresentar na realidade da política internacional” (HAGE, 2016, p. 3). Ou seja, a própria geografia é essencialmente um saber político, estratégico, um saber pensar o espaço com a finalidade de agir eficazmente: “[...] a geopolítica é um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo” (FIORI, 2014, p. 141). Para Rodrigues (2020, p. 24),

[...] a geopolítica é considerada um método de estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Ou seja, como método que estuda a política derivada de aspectos geográficos, como posição, espaço, relevo, clima, topografia e recursos, é uma ferramenta de análise de política externa que busca compreender, explicar e prever o comportamento político internacional, principalmente em termos de variáveis espaciais.

Ao analisar uma geopolítica de longa duração, com o início do colonialismo na América, se inicia não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente, a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Logo, a organização, a dominação, a submissão impostas pelos colonizadores se encontram até a atualidade na forma como o pensamento é criado. Para Aníbal Quijano (1992), a colonialidade consiste na articulação do eurocentrismo<sup>1</sup> como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. Adicionalmente, a colonialidade ainda consiste no modo mais geral de dominação no mundo atual (QUIJANO, 2005). Para esse autor, mesmo que o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia – e, posteriormente, a estadunidense – e as demais segue sendo uma relação

<sup>1</sup> Eurocentrismo é o que se centra na Europa e nos europeus para interpretar o mundo e a realidade; que prefere a cultura europeia ou os europeus em detrimento do restante; influência política, econômica, social e cultural exercida pela Europa sobre outras áreas geopolíticas. Quijano (1992) afirma que o eurocentrismo consiste na perspectiva de conhecimento elaborada na Europa a partir do século XVII, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes como a única racionalidade legítima.

de dominação colonial, do imaginário dos dominados, atuando na interioridade desse imaginário. Especificamente para a América Latina, Quijano (2005, p. 129-130) afirma que

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Entretanto, o pensamento crítico decolonial<sup>2</sup> tem sido buscado por estudiosos que visam uma ruptura com essa metodologia epistemológica, ensejando novas oportunidades de compreensão da realidade que não mais sejam centradas nos antigos polos de poder mundial. Surgido a partir de uma proposta de enfrentamento da colonialidade e do pensamento *mainstream* moderno, originariamente no âmbito de um grupo de estudos composto por Aníbal Quijano (1992, 2005), Catherine Walsh (2009), Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2000, 2005), Nelson Maldonado-Torres (2008, 2011, 2016) e Walter Dignolo (2003, 2010, 2015), a decolonialidade é considerada uma prática de resistência e desconstrução da padronização de conceitos e perspectivas historicamente impostos aos povos periféricos, subalternizados e dependentes do sistema internacional.

Em outro sentido, o pensamento decolonial é a própria tentativa de reversão do epistemicídio, processo denominado por Boaventura de Sousa Santos como o extermínio de saberes locais e/ ou sua inferiorização, “[...] desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS;

2 Considera-se importante ressaltar a diferenciação realizada por alguns pesquisadores entre um pensamento decolonial e descolonial: “[...] primeiramente, é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos articulam-se como teóricas e políticas. O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após ‘o colonialismo’ propriamente dito ter se esgotado em seus territórios. O decolonial seria a contraposição à ‘colonialidade’, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao ‘colonialismo’, já que o termo *descolonización* é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais” (SANTOS, V., 2018, p. 3).

MENESES, 2010, p. 183). Como outra vertente do genocídio, o epistemicídio atua como um instrumento eficaz para a dominação, uma vez que fortalece a negação da legitimidade desses saberes de forma a impactar também no reconhecimento da população oprimida como sujeitos de direitos, subalternizando, subordinando, marginalizando e ilegalizando práticas e/ou grupos sociais que poderiam ameaçar a expansão do próprio sistema de produção capitalista.

Em outros termos, a decolonialidade surge como uma alternativa de visibilidade aos povos silenciados, um projeto de libertação social, política, econômica e social, de busca da autonomia não somente individual, mas principalmente coletiva; *i.e.*, almeja reconstruir a produção do conhecimento científico em contraposição a um único modelo epistemológico, monocultural, incorporando novos centros de pensamento social como elementos fundamentais para uma captação dos diferentes modos de compreender e transformar o mundo.

É importante ressaltar a correlação entre o pensamento decolonial e as práticas contra-hegemônicas. Estas podem ser compreendidas como métodos de resistência aos discursos dominantes que visam contestar e resistir ao regramento único e universal do sistema capitalista (ZILIO et al., 2012), ou seja, uma organização como meio para a consolidação de projetos políticos contra-hegemônicos (e decoloniais) que pode ser representada por movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos (MIZOCZKY, 2010). Segundo Dussel (2005), alguns aspectos principais dessas práticas consistiriam na formulação de uma vontade democrática participativa horizontal em todos os níveis, empenhada na transformação da realidade a partir de uma atividade crítica com a possibilidade da produção e reprodução da vida, principalmente, dos mais afetados pelo sistema.

Consequentemente, é necessário pensar, de modo não eurocêntrico, as faces contemporâneas dessa leitura conceitual de modernidade, cujas teorias decoloniais são ancoradas em outros lugares que não aquele do centro do pensamento moderno ocidental, que instituiu sua epistemologia moderna como única e universal. Seja através da crítica biográfica fronteiriça – definida como a “[...] importância de se levar em conta numa reflexão crítica de base fronteiriça tanto o que é da ordem do bios (quer seja do ‘objeto’ em estudo, quanto do sujeito crítico envolvido na ação), quanto da ordem do lócus (o lugar a partir de onde tal reflexão é proposta)” (NOLASCO, 2015, p. 59) – ou da epistemologia fronteiriça (NOLASCO, 2019) – uma vez que tudo o que não se constitui como centro é margem, periférico e, portanto, fronteira (epistemológica) – a “[...] epistemologia moderna, de acordo com o pensamento descolonial, conseguiu subalternizar outras formas de conhecimento e que se construiu como tal presumindo uma perspectiva universal de observação e um lócus

privilegiado de enunciação” (MIGNOLO, 2003, p. 175).

Numa outra chave interpretativa referente à temática, Wallerstein (1996, p. 35-36) sinalizava para a reconstrução do pensamento científico afirmando que o maior desafio está em superar o legado científico do liberalismo, partindo de forças teóricas que apresentam uma história e uma trajetória de confrontação. Para o autor, a hegemonia estabeleceu o pensamento universalista-particularista, baseado nas premissas de que o conhecimento se move do particular ao abstrato, e que o conhecimento seria compartimentalizado em disciplinas particulares. Também em contraposição a essa formulação liberal, Martins (2004, p. 85-105) afirma que a transdisciplinaridade é necessária para se pensar a relação do local com o mundial, sendo um diferencial e uma contribuição do pensamento social latino-americano em relação ao pensamento liberal estadunidense e europeu. Para ele, o neoliberalismo separou as disciplinas nas universidades brasileiras com a finalidade de criar saberes puros, com a proposta de dividir áreas de conhecimento em saberes específicos, apartados em compartimentos específicos e que priorizam o não-diálogo.

Em suma, a correlação entre a decolonialidade e o pensamento contra-hegemônico é exequível na medida em que rompe com os interesses políticos, econômicos e epistemológicos dominantes, explicitando que o saber não é neutro e o conhecimento não é universal. Assim, há a produção de sentidos e identidades em contraposição à lógica hegemônica, cuja valorização significa a procura de novos paradigmas de compreensão do mundo e que converge em sua totalidade com a perspectiva proposta de uma geopolítica decolonial. Concomitantemente, visualiza-se o imperativo de desenraizar-se dessa corrente de pensamento liberal que busca inviabilizar uma comunicação entre os diversos ramos do saber, tornando-os segregados. Como destacam Rodrigues e Figueiredo (2012, p. 91),

[...] há a necessidade de uma descompartimentalização do saber no pensamento social mundial contemporâneo, com uma reapropriação do conhecimento para novas formulações teóricas transdisciplinares, com um pensamento mundial compartilhado, sem imposições ideológicas e hegemônicas.

Em termos de uma geopolítica decolonial, o século XXI vem apresentando uma nova e complexa reconfiguração internacional, ensejando um movimento dessa nova construção teórico-epistemológica que depende do autoconhecimento de/entre cada Estado, de seus laços históricos, políticos e econômicos, de sua ubicação – compreendida como o ato de ocupar algum lugar (RODRIGUES, 2020, p. 45); ou seja, enunciam-se os pressupostos a partir de um lócus (lugar) crítico-epistemológico. Em outras palavras, reitera-se que a própria geopolítica clássica – enquanto reflexo

de projeções de poder dos países centrais de acordo com seus interesses no sistema internacional – não possui um caráter geral e universal, aplicável a todo e qualquer Estado nacional. As geopolíticas são, nesse sentido, específicas e relativas, *i.e.*, “[...] cada estudo é o estudo de um autor de uma determinada nação ou país” (COSTA, 1992, p. 13-14), que produz uma geopolítica marcada pelo seu contexto político, territorial e histórico.

Portanto, realizar estudos, balanços e perspectivas para a retomada dessa concepção é essencial para uma geopolítica decolonial, periférica e emancipatória do Sul Global, com a construção de projetos que contribuam para a superação das estruturas históricas de atraso no sistema internacional. Ou seja, um processo de reversão de como a colonialidade do saber tem operado na configuração da geopolítica do saber atual, na naturalização de certas posições ou lugares de enunciação e oclusão de outros.

Essa perspectiva do Sul Global (BRAVEBOY-WAGNER, 2003), herdeira da terminologia do Terceiro Mundo, perpassa estudos pós-coloniais de países que possuem uma história interconectada ao colonialismo e ao neocolonialismo. Por isso, o conceito pode operar como “[...] uma designação simbólica destinada a capturar uma imagem de coesão que emergiu quando antigas entidades coloniais se engajaram em projetos políticos de descolonização e avançaram para a realização de um internacional pós-colonial” (GROVOGUI, 2011, p. 176).

Adicionalmente, desde o começo do século XXI, o Sul Global vem sendo a categorização mais importante para apresentar alternativas à decolonização e à globalização neoliberal. Como um movimento multifacetado, que enfatiza a necessidade de uma comunidade internacional pós-colonial e que avance nos objetivos da igualdade e solidariedade internacional numa ordem internacional livre dos arcabouços institucionais do colonialismo (GROVOGUI, 2011), “[...] a cooperação Sul-Sul tem sido um conceito chave e um conjunto de práticas em busca dessas mudanças históricas através de uma visão de benefício mútuo e solidariedade entre os menos favorecidos do sistema internacional” (GRAY; GILLS, 2016, p. 557).

Ainda que a cooperação Sul-Sul tenha um potencial limitado quanto à possibilidade de desvinculação ou de decolonização em uma ordem internacional pós-colonial, distintos movimentos vêm seguindo essa lógica. Nesse tocante, a próxima seção busca delinear algumas experiências de geopolíticas decoloniais latino-americanas no século XXI. A ideia central é de que existiria a possibilidade de criação de uma teorização pós-colonial que auxilie na ruptura e desmistificação dos paradigmas eurocêntricos.



## Experiências para uma geopolítica decolonial latino-americana no século XXI

Desde sua incorporação ao sistema mundial no século XVI, a América Latina vem enfrentando obstáculos políticos, econômicos, ideológicos e físicos à conformação de um pensamento geopolítico estratégico conjunto, “[...] o que acarretou, justamente, um baixo grau de interdependência entre as economias nacionais, ainda hoje marcadas por grande extroversão econômica” (ALMEIDA, 2006, p. 15). Entretanto, se reconhece que, sem um pensamento geopolítico decolonial latino-americano, os Estados nacionais da região poderiam ficar expostas a uma marginalização global (KELLY, 1997), o que vem intensificando a “[...] tomada de consciência de que pequenos países isolados não poderão fazer face aos crescentes problemas que são colocados pela superação do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1970, p. 290).

Na continuação serão apresentadas as principais experiências para a reflexão de uma geopolítica decolonial latino-americana na contemporaneidade. Ratifica-se que experiências contrárias – e até mesmo a tentativa de sabotagem desses projetos (especificamente no caso da Unasul) – são uma constante no período, como exemplificado nos casos da Aliança do Pacífico (RODRIGUES, 2020) e, mais recentemente, no projeto de regressividade autônoma do Prosul (VIÉGAS; RODRIGUES, 2021). Ainda assim, tal fato demonstra que, mesmo em tempos de crise econômica e desafios políticos rumo a uma geopolítica decolonial, essas experiências ensejam novas perspectivas para repensar os projetos de inserção regional no século XXI.

De amplitude maior, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) tem origem na *Declaração da Cúpula da Unidade*, adotada pelos chefes de Estado e de governo da América Latina e do Caribe durante reunião de cúpula realizada na Riviera Maya, México, em fevereiro de 2010. Naquela ocasião, houve consenso em constituir um novo mecanismo de concertação política e integração que abrigaria os 33 países da América do Sul, América Central e Caribe. Nesse sentido, a Celac vem assumindo o patrimônio histórico do Grupo do Rio<sup>3</sup> e da Calc<sup>4</sup>,

3 O Grupo do Rio é um mecanismo de consulta internacional constituído por Estados democráticos latino-americanos e caribenhos. Foi criado em 18 de dezembro de 1986, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, assinada por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

4 A Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc) é um agrupamento que abrangia todos os países latino-americanos e caribenhos. O interesse em fortalecer os laços de amizade entre esses países motivou os Estados latino-americanos a convocar o encontro realizado em 16 e 17 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, e contou com a participação de todos os 33 países da região. A Cúpula representou um momento histórico. Pela primeira vez, em dois séculos de independência política, as nações latino-americanas e caribenhas reuniram-se por iniciativa própria, sem tutela externa, para discutir uma agenda comum em torno de seus mecanismos regionais e sub-regionais de integração.



e ambos os mecanismos manterão suas agendas e métodos de trabalho paralelos. A *Declaração da Cúpula* determinou ainda a constituição de um foro unificado como grupo de trabalho encarregado de redigir as regras de funcionamento, e o consenso entre os líderes que a criaram é de que a comunidade deverá trabalhar sobre a base da solidariedade, da inclusão social e da complementaridade.

No geral, cinco ideias principais podem ser constatadas nesse projeto que apresentam características decoloniais ao englobar toda a América Latina e Caribe:

1 - projeto de integração de reconhecimento de uma construção mais flexível, com um fórum latino-americano e caribenho, com aceitação de todos os países; 2 – complexidade oriunda de sua multiplicidade de níveis e temas, o que demandará um pensamento político-estratégico conjunto de toda a região; 3 – viabilidade da construção de uma coletividade no futuro; 4 - participação do Caribe como essencial, uma vez que essa região é usualmente tratada como um tema a parte nos processos de integração regional até então, a despeito de sua importância geopolítica tanto para a América do Sul como para a América Central; 5 – cautela com as expectativas no curto prazo, onde podem lograr resultados não muitos satisfatórios uma vez que consiste num processo que engloba todos os países da região e, assim, necessidade de um maior poder de articulação entre suas diversas instâncias. (RODRIGUES, 2014, p. 83).

Numa perspectiva multipolar do Sul Global, a criação do Fórum China-Celac representa a inserção da região num modelo de cooperação em que “[...] os projetos giram em torno de ações que reforçam as vinculações das economias da região com a China, o que acaba por resultar em consequências políticas e estratégicas relevantes” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 66-67). Dessa forma, se apresenta como uma iniciativa de diplomacia multilateral cujo objetivo é promover a cooperação em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, trabalhando para o desenvolvimento de seus povos e construindo um diálogo em torno de interesses comuns (AYALA; RAMÍREZ, 2016). Adicionalmente, o próprio documento *China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, de 2016, reitera a inclusão do Fórum China-Celac como a principal plataforma de cooperação e diálogo entre as duas partes, promovendo o desenvolvimento das relações sino-latinoamericanas em múltiplas esferas dentro deste concerto: “China will promote collective cooperation with Latin America and the Caribbean mainly through the platform of China-Celac Forum” (CHINA, 2016).

Como plataforma de geopolítica decolonial latino-americana, a Celac vem realizando diálogos coletivos regionais e internacionais sobre assuntos políticos, econômicos, comerciais, sociais e diplomáticos, buscando uma nova modalidade cooperativa. Fundamentalmente, a Celac propõe-se a ser um grupo cujo papel é

essencialmente político. Contribui para isso o processo decisório do bloco: todas as resoluções precisam ser aprovadas por unanimidade, fazendo com que cada um dos 33 Estados-membros esteja investido de poder de veto. Dessa maneira, a construção da Celac apresenta-se como fundamental para a construção de uma decolonialidade político-estratégica de toda a região, uma vez que consistiria num passo importante para maior conexão entre América Latina e Caribe e, possivelmente, formulando uma identificação de uma nova regionalização.

Outro processo de geopolítica decolonial na América Latina foi a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Ela consistiu num organismo regional que tinha por objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Formada pelos 12 Estados do subcontinente, teve seu tratado constitutivo assinado em Brasília, em 2008, e buscava repensar a integração econômica regional na América do Sul para além dos custos e benefícios, que não necessariamente estariam relacionados com os fluxos comerciais e financeiros.

Logo, constata-se que uma das experiências mais enriquecedoras da Unasul consiste nos seus 12 conselhos setoriais, que têm o objetivo de compreender quais implicações, projeções e formulações de políticas públicas poderiam ser realizadas pelos países da região a fim de buscar a eliminação das desigualdades socioeconômicas, a inclusão social, a participação cidadã, o fortalecimento da democracia e da soberania regional. Nesse ponto, ganha destaque a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)<sup>5</sup>, “[...] a primeira experiência de integração em matéria de defesa na região” (SANTOS, M., 2018, p. 132) que buscou “[...] superar las desconfianzas existentes, incorporando al sector defensa como un pilar armónico para facilitar el proceso de integración regional” (ARREDONDO, 2017, p. 18).

Nesse aspecto, a intensificação dos trabalhos realizados pelos conselhos setoriais foi de suma importância para que houvesse um retorno à população sul-americana dos esforços empreendidos pela instituição. Dessa maneira, considera-se importante uma articulação entre a Unasul e o Mercosul visando a construção de um novo pensamento crítico. Como salienta Sosa (2013, p. 142), “Mercosur y Unasur, no se contradicen sino que se complementan y refuerzan”. Assim, deve-se centrar em um “Nuevo Consenso del Sur”, com ativa participação popular. É imprescindível a discussão dos desafios do Mercosul e da Unasul no sentido de continuar seus

5 O CDS constitui-se “[...] como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa” (ABDUL-HAK, 2013, p. 151), composto pelos ministros de Defesa ou equivalentes de seus 12 países membros. Nele, são tomadas decisões em consenso e respeito às diversidades, aos anseios, aos valores e às tradições de cada Estado membro; “[...] são apenas declaratórias, sem natureza juridicamente vinculante” (SANTOS, M., 2018, p. 140).

avanços, com necessidade de aprimoramentos, mas validando as conquistas que já foram realizadas.

Na atualidade, alguns fatores demonstram que tanto a Unasul quanto o CDS<sup>6</sup> atravessam uma crise perceptível devido a uma série de fatores: a exiguidade na progressão de uma identidade sul-americana, a remanescente existência de um competitivo sistema de alianças intra e extrarregionais, a carência de uma diretriz política de Estado, as sucessivas crises político-econômicas de alguns países-membros, a escassez de divisas para a composição orçamentária, a dificuldade financeira de determinados organismos (Focem – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul; ABC – Agência Brasileira de Cooperação; carteira de projetos em infraestrutura da Unasul), a dispersão na busca de interesses comuns, a falta de vontade política pragmática por parte de alguns países-membros diante de uma ofensiva conservadora<sup>7</sup>, principalmente após vitórias políticas em determinados países sul-americanos.

Em outros termos, num período marcado por crises políticas e ascensão de governos de direita, os modelos decoloniais propostos na década de 2000 vêm sendo mitigados, refletindo as disputas no interior de blocos e entre propostas distintas. Visando reverter a heterogeneidade e a fragmentação desse processo, o que na visão de Barrios (2009, p. 203) é uma “[...] ecuación invertida y es así porque los mecanismos de integración más bien han funcionado como mecanismos de

6 Algumas mudanças no cenário sul-americano, como trocas presidenciais com diferentes visões de mundo, auxiliam a agravar esse cenário, uma vez que a figura personalista foi um elemento essencial para a consolidação do projeto do conselho. Ainda, segundo Souza (2016, p. 134), auxilia no colapso da Unasul e, por conseguinte, do CDS, a “[...] progressiva crise na Venezuela, com o falecimento de Hugo Chávez, bem como a eleição de Mauricio Macri na Argentina, rompendo com as políticas kirchneristas e seu expressivo entusiasmo pela cooperação no âmbito do CDS” (SOUZA, 2016, p. 134). Em 2018, alguns fatos corroboram a prerrogativa de desaceleração do processo cooperativo dentro do CDS e da Unasul. Em abril, Brasil, Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile e Peru suspenderam sua participação na Unasul por tempo indeterminado, alegando um impasse em relação à escolha do secretário-geral da organização; em julho, o chefe de gabinete, Yuri Chillán – que vinha atuando como chefe *de facto* devido à vacância do secretário-geral desde janeiro de 2017 – renunciou ao cargo; também em julho, o presidente equatoriano Lenin Moreno anunciou o pedido de devolução do edifício-sede da Unasul, em Quito; em agosto, o governo colombiano de Iván Duque noticiou a saída definitiva da Unasul – o que pode vir a incentivar outros países a fazerem o mesmo –, pouco tempo depois do anúncio de sua entrada como “sócio global” na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), sendo o único país latino-americano no grupo.

7 A ofensiva conservadora pode ser visualizada a partir dos seguintes fatos políticos: eleição de Mauricio Macri na Argentina (2015), eleição de Pedro Pablo Kuczynski no Peru (2016); ascensão ao poder via golpe jurídico-parlamentar de Michel Temer no Brasil (2016); vitória do “Não” no plebiscito sobre as Farc na Colômbia (2016); suspensão da Venezuela do Mercosul (2016); eleição de Sebastián Piñera no Chile (2018); eleição de Iván Duque na Colômbia (2018), assim como assinatura para parceiro externo da Otan; eleição de Mario Benítez no Paraguai (2018); eleição de Jair Bolsonaro no Brasil (2018); crescente polarização política na Venezuela, Equador e Bolívia.

desintegração”, demonstra-se alguns dos desafios impositivos a serem solucionados no que tange ao processo de geopolítica decolonial na América Latina, tais como: “[...] alcançar uma maior especialização das economias nacionais, posto que somente se pode integrar o que é complementar”<sup>8</sup> (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 224); “[...] financiar o projeto de ascensão e desenvolvimento compartilhado com nosso entorno, principal impasse do projeto de integração sul-americana” (CARMONA, 2014, p. 65); “[...] o Brasil precisaria estar disposto e em condições de passar a assumir um papel de provedor generoso de ajuda técnica e assistência ao desenvolvimento, de ‘exportador de capitais’ e de ‘aberturista não-recíproco’ aos produtos e serviços dos países vizinhos” (ALMEIDA, 2006, p. 22); “[...] falta de uma auto-percepção regional comum” (SOUTO MAIOR, 2008, p. 52), dentre muitos outros.

Oriundo dos programas bilaterais de 1986 entre Brasil e Argentina, tendo agregado o Uruguai e o Paraguai posteriormente, o Tratado de Assunção (1991) estipulou que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) seria um mercado comum, começando com um bem-sucedido programa de liberalização comercial para estabelecer uma zona de livre-comércio (LARRAÑAGA, 2013), que incluía “[...] un programa de liberación comercial, automático, progresivo, único, con excepciones transitórias” e “[...] la coordinación macroeconómica entre los Estados parte” (ABREU, 2013, p. 426-427). Ainda que sob a ótica neoliberal do começo dos anos 1990, surgido de uma união aduaneira constituída de uma aliança comercial, e sob os auspícios do processo de globalização e liberalização que visavam a dinamizar a economia regional, o bloco passa a apresentar uma configuração distinta no início do século XXI.

A ascensão de governos contrários às políticas neoliberais no final da década de 1990 e início dos anos 2000 modificou a própria estrutura organizacional do MERCOSUL, tanto nos objetivos e na configuração do bloco, como no alinhamento das políticas realizadas pelos governos. Talvez a principal constatação seja na aplicação de diferentes políticas econômicas e sociais que passaram a incorporar estratégias e instrumentos essencialmente distintos aos países menores do que aqueles que seriam recomendáveis aos demais Estados-membros. Tal fato decorre das assimetrias entre os países do grupo, tanto econômico-sociais como

8 “Isso supõe a destruição dos setores menos ou não competitivos de alguns países em benefício de outros, além de envolver significativo custo social. Mas o desenvolvimento conjunto, mediante mecanismos multinacionais, de novos setores produtivos e de serviços, principalmente os que se baseiam nas tecnologias de ponta, representam uma compensação mais que suficiente, junto às políticas a serem adotadas, para minimizar os custos sociais” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 224).

Adicionalmente, outro ponto significativo da expansão do Mercosul nos últimos anos foi a adesão da Venezuela<sup>11</sup> – e a discussão de ingresso de Equador, Bolívia, Guiana e Suriname. Com o ingresso do país caribenho, o Produto Interno Bruto (PIB) do Mercosul alcançou 80% do total da América do Sul, 70% do total da população, se estabeleceu como um dos mais importantes produtores mundiais de energia, além de ter propiciado uma localização geográfica especial, relativamente muito mais inserida nos fluxos internacionais do comércio do Hemisfério Norte (SEVERO, 2013). Entretanto, sua ulterior saída engendrou um enfraquecimento da ossatura institucional estratégica do bloco, possibilitando que sua derrocada, e ulterior crise, se aprofundassem ainda mais.

Em outros termos, o Mercosul do início da década de 2000 se configurava como uma formação de bloco econômico-político altamente estratégico, principalmente para o fortalecimento das economias e dos capitalismo nacionais, para a construção de seu poder de negociação internacional, para um esforço conjunto de desenvolvimento industrial e tecnológico, e para a incorporação numa dinâmica do Sul Global a partir de projetos decoloniais em mecanismos auxiliares. Ou seja, ao contemplar concomitantemente aspectos econômicos, políticos e sociais, este curto período de institucionalidade estratégica do Mercosul proporcionou uma perspectiva de geopolítica decolonial que favorecia os países do concerto, colocando-se em pauta, inclusive, a sua *ampliação, aprofundamento e autonomia*, o que Rodrigues (2016, p.

9 “O mercado comum deveria dar oportunidades iguais a todo e qualquer país latino-americano, a fim de acelerar seu desenvolvimento. Entretanto, como as situações relativas dessas nações são desiguais, em virtude desses diferentes graus evolutivos, impõe-se um tratamento diferencial para que se alcance, na medida do possível, a igualdade de oportunidades em face do mercado comum” (PREBISCH, 2011, p. 344).

10 “As assimetrias no Mercosul ocorrem em tal escala que a definição de proporção da participação de cada país nessas instituições se torna quase impossível, pois o Brasil, em qualquer aspecto, corresponde a mais de 50% do conjuntos dos Estados membros, sendo que as assimetrias entre o Brasil e os dois Estados menores são extraordinárias. Se ao Brasil correspondesse menos do que a metade do número de integrantes de qualquer organismo supranacional (Comissão, Parlamento, Tribunal), a população e a economia brasileiras estariam radicalmente sub-representadas. Por outro lado, se mais da metade dos membros fosse de brasileiros, a opinião destes sempre prevaleceria na tomada de decisões e, portanto, a instituição não seria democrática, pois os demais países estariam em uma situação de minoria sistemática” (GUIMARÃES, 2002, p. 129).

11 “A estimativa é que a entrada da Venezuela no Mercosul incremente o comércio intrabloco em cerca de 20%. Além disso, como o país caribenho acumula resultados comerciais negativos com Argentina, Brasil e Paraguai, aumentariam as possibilidades para a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Aladi e do Sistema de Moedas Locais (SML). Esses mecanismos poderiam promover o comércio intrabloco com menos utilização de dólares, estimulando a criação de infraestrutura regional e servindo de garantia para importadores e exportadores” (SEVERO, 2013, p. 597).

15) denominou de “3 A’s Mercosulianos”.

Outra interessante e original iniciativa sob uma perspectiva de geopolítica decolonial na América Latina consiste no projeto de integração regional proposto pela Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP), apresentado pelo ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante o encontro da III Cumbre Presidencial Sudamericana, em Cuzco (8/12/2004), por ocasião da assinatura do Protocolo de Criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (GADELHA, 2013). Ela consiste numa aliança política, econômica e social em defesa da independência, autodeterminação e identidade dos povos da América Latina e do Caribe, surgindo como uma alternativa às negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ao apresentar-se como sua antítese<sup>12</sup>.

Em termos gerais, a Alba buscava produzir as transformações estruturais e do sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral soberano. Tem como países membros a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, Equador e São Vicente e Granadinas, representando uma população de aproximadamente 73 milhões de pessoas, área de 2.625.826 km<sup>2</sup>, com Produto Interno Bruto por Paridade de Poder de Compra (PIB/PPC) de cerca de US\$ 642.990 milhões (GADELHA, 2013, p. 410). No que se refere ao comércio, se baseia na complementaridade, solidariedade e cooperação com mecanismos que implicam a independência monetária e financeira<sup>13</sup>. Não possui condicionamentos nem ingerência nos assuntos internos, com proteção do interesse da produção nacional e tratamento solidário para as economias mais fracas. A Alba vem se fortalecendo como caminho de inflexão popular “[...] e pretende integrar não apenas os setores objetivos do capital (e seus produtos), como subjetivos, os povos e sua cultura, saúde e educação” (GADELHA, 2013, p. 409).

Dessa forma, a Alba vem se apresentando como um dos processos mais radicais e inovadores em seus projetos, com temáticas que não estavam presentes nas tentativas anteriores. Entretanto, possui algumas limitações, como não ser membro de sujeito de direito público internacional, uma vez que não possui um tratado

12 Tal fato pode ser constatado na comparação entre as siglas da Alba-TCP – Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos – e da Alca – Área de Livre Comércio das Américas – com os TLCs – Tratados de Livre Comércio. Essa contraposição é também simbólico-histórica, uma vez que o “nascimento” da Alba surge do “certificado de morte da Alca”, no dia 4 de novembro de 2005, em Mar del Plata, na IV Cúpula de Presidentes das Américas.

13 “A partir daí, os intercâmbios produzidos pela Alba estenderam esses critérios a intercâmbios com países que têm muito mais necessidades do que possibilidades de aportar a outros [...]. Trata-se de um intercâmbio em que cada país dá o que possui e recebe o que necessita, no marco das possibilidades e das necessidades dos participantes desse tipo de comércio, o único em escala mundial, distinto dos critérios de mercado da OMC” (SADER, 2009, p. 149).

constitutivo, o que gera certos problemas para os seus projetos futuros. Assim, sua inserção num contexto internacional possui pouca viabilidade por conta de sua baixa institucionalidade, apesar de possuir importância geoestratégica regional.

Finalmente, a inclusão da América Latina no projeto global chinês do *Belt and Road Initiative* (BRI) é uma das experiências mais promissoras em termos de potencialidades nas décadas de 2020 e 2030. Como maior conjunto de obras da história da humanidade, o projeto foi anunciado com orçamento de quase US\$ 1 trilhão de investimentos em infraestrutura, principalmente na forma de empréstimos, para cerca de 1.000 projetos, num prazo de mais de trinta anos, com a primeira fase a ser concluída em 2021 (ano do centenário de criação do Partido Comunista Chinês) e o projeto como um todo realizado até 2049 (ano do centenário da Revolução Comunista Chinesa). A BRI busca possibilitar a propagação econômica ao criar um sistema interconectado de transporte, energia e infraestrutura. No projeto original, possuía uma área de aproximadamente 70% da população global, cerca de 55% do PIB mundial e 75% das reservas de energia conhecidas, exigindo a colaboração dos governos localizados ao longo da rota da seda terrestre e marítima.

Na descrição apresentada em Astana, Cazaquistão, a *Belt and Road Initiative* se delineou como um acordo comercial extremamente ambicioso, organizado em cinco dimensões: 1) coordenação de políticas; 2) implementação de uma infraestrutura de transporte; 3) potencialização do comércio (com a remoção de barreiras); 4) integração monetária; e 5) incentivo às trocas e contatos mais intensos entre as pessoas (MAÇÃES, 2019, p. 25). Ainda segundo o presidente chinês,

Para promover a iniciativa ‘Cinturão e Rota’, é preciso desempenhar o papel tanto de governo quanto de mercado. O governo deve desempenhar o seu papel orientador na divulgação, promoção, coordenação, assim como na criação de mecanismos e, ao mesmo tempo, deve dar importância à criação de um mecanismo de cooperação econômico regional que tenha o mercado como base e as empresas como os principais atores. O governo deve encorajar as empresas e outras forças sociais a participarem desta iniciativa, de modo a formar um modelo de cooperação com a participação do governo, do mercado e da sociedade e um quadro com a orientação governamental, a participação empresarial e o apoio popular. (JINPING, 2019, p. 616).

Até janeiro de 2021, o número de membros que aderiram à Belt and Road Initiative por meio da assinatura de memorando de entendimento (MoU) com a China era de 140 países espalhados por todos os continentes: 40 na África Subsaariana, 34 países na Europa e Ásia Central (incluindo 18 países da União Europeia), 24 países na Ásia Oriental e no Pacífico, 17 países no Oriente Médio e Norte da África, 19 países na



América Latina e Caribe, e 6 países no Sudeste Asiático.

Mais recentemente, as autoridades e empresas chinesas, assim como suas contrapartes latino-americanas, têm sido mais abertas à negociação diplomática e comercial sob a bandeira da BRI. Segundo Xi Jinping (2019, p. 620), as prioridades devem ser ressaltadas, “[...] incluindo regiões-chave, países-chave e projetos-chave, para concentrar as forças no seu desenvolvimento, sendo este o ‘máximo divisor comum’ de todos. Isso beneficiará não só o povo chinês, mas ainda os povos dos países envolvidos na iniciativa”; a BRI corresponde a uma medida fundamental para a realização de uma abertura multidimensional da China ao exterior e, ainda que o foco inicial fosse estabelecer a interconectividade da Ásia e a expansão de seus interesses comuns, ampliou seu escopo e vem se dedicando à conexão dos países asiáticos com os demais no sistema internacional.

A inclusão da América Latina, portanto, é ratificada com mais assertividade a partir de 2017, quando um número crescente de países da região assinou acordos relacionados à BRI e anunciaram negócios, sinalizando a extensão, de fato, à região. Em maio do mesmo ano, o presidente chinês Xi Jinping afirmou ao então presidente da Argentina, Mauricio Macri, no *Belt and Road Forum*, em Pequim, que a região latino-americana era uma “extensão natural” da Rota da Seda Marítima e um “participante indispensável”, tornando, assim, a possibilidade de sua inclusão mais evidente. No nível multilateral, um ponto de inflexão ocorreu no Fórum Ministerial China-Celac em Santiago do Chile, em janeiro de 2018. Nele, os participantes assinaram um memorando de entendimento (MoU) de Declaração Especial sobre a BRI. Nesse documento, a região foi convidada pelo Embaixador Li Jinzhang a participar formalmente da BRI, como uma nova plataforma para cooperação mutuamente benéfica entre a China e a América Latina (FERCHEN, 2021).

Nesse contexto, o Panamá foi o primeiro país a assinar esse acordo com a China, em novembro de 2017, depois de trocar o reconhecimento diplomático de Taiwan para Pequim no início daquele ano. Posteriormente, outros 18 países da América Latina e Caribe (Antígua e Barbuda, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guiana, Jamaica, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) assinaram memorandos de entendimento e/ou documento de cooperação referente à BRI com a China. Consequentemente, independentemente de qualquer uma das negociações pós-2017 serem oficialmente designadas (ou não) como projetos da BRI pelo governo anfitrião ou pela China, a conexão simbólica entre os acordos de cooperação e o anúncio de projetos como portos, rodovias e parques industriais é evidente.

A construção da BRI faz parte de um conjunto da política externa da China, que

se relaciona com sua agenda de desenvolvimento, a sustentação da sua expansão econômica e a influência política regional e global. Adicionalmente, está inserida no que denominamos de geopolítica decolonial, uma vez que almeja reverter a lógica hegemônica da globalização financeirizada, neoliberal, de pensamento universalista e unidirecional. Especificamente para a América Latina, consiste na incorporação da região em seu arranjo geo-epistêmico, em um projeto multilateral de escala elevada no século XXI, se configurando como um espaço em construção de geopolítica decolonial, desenvolvimento e integração numa nova ordem mundial.

## **Considerações finais**

O artigo buscou delinear alguns traços embrionários para uma definição de geopolítica decolonial, tomando como referência o lócus latino-americano. Nesta reflexão epistemológica de uma gramática da decolonialidade, foi fundamental refletir a necessidade do enfrentamento ao eurocentrismo enquanto modelo de pensamento universal e dominante, o que demandou a tomada de consciência da condição periférica, contra-hegemônica e decolonial. Consequentemente, foram apontadas experiências ímpares relacionadas a essa nova configuração, principalmente nos projetos estratégicos latino-americanos da Celac, Unasul, Mercosul, Alba, e no plano de extensão global do Belt and Road Initiative.

A perspectiva periférica de uma geopolítica decolonial latino-americana consiste num salto estratégico nos projetos regionais no âmbito político, econômico, cultural, social e ideológico. Uma vez que a relação da América Latina com o restante do mundo ainda possui as velhas características da relação centro-periferia, em que a correlação de poder depende de como nos relacionamos entre nós e com o mundo, a geopolítica decolonial deve ser compreendida como um projeto, e não como um evento esporádico. Assim, um comprometimento político-estratégico é importante na determinação do(s) modelo(s) desejado(s) e na continuidade do(s) processo(s) de decolonização, enfrentando os problemas encontrados com ajustes no processo, não com o seu desmembramento.

Em suma, a tentativa de criação de novos protótipos metodológicos e epistemológicos rumo a uma teorização pós-colonial, que ensejem maior amplitude científica transdisciplinar nos espaços vazios, nas entrelinhas, no não-dito, consiste num esforço de desalojar os diversos saberes de caixas hermeticamente fechadas, uma vez que uma relação dialética em direção a conhecimentos que busquem lidar com a complexidade do mundo contemporâneo deveria se perpetuar como a base sólida da produção científica do século XXI.

Adicionalmente, é importante ressaltar que este trabalho não é um fim em si mesmo; é uma recordação da necessidade constante de praticar a decolonialidade do pensamento. Em outros termos, para que a realização de uma geopolítica decolonial latino-americana seja factível, integrada, dialética e não coercitiva, deve-se realizar uma negação do processo de homogeneização, em que todos os pensamentos e as diversidades sejam passíveis de serem ouvidos e compreendidos, formando um mundo em que cabem todos os mundos.

A tarefa proposta para o pensamento social crítico latino-americano é de uma complexidade fenomenal; ainda assim, é de suma importância pensar, construir e fortalecer as bases de um projeto do Sul Global, e, lembrando Quijano (2005), é o tempo histórico de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico, no qual nossa imagem é sempre desvirtuada, para que passemos a ser o que realmente somos.

## Referências

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia N. T. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- ABREU, Sergio. Actualización conceptual sobre la integración latinoamericana. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 419-439.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O contexto geopolítico da América do Sul: visão estratégica da integração regional. Meridiano 47, n. 76, p. 15-23, nov. 2006.
- ARREDONDO, Gustavo A. UNASUR y el Consejo de Defensa Suramericano en su primer lustro 2011-2016. Revista de Marina, v. 134, n. 957, p. 18-25, 2017.
- AYALA, Lizeth; RAMÍREZ, Javier. El rol de China en el proyecto de un orden regional sudamericano. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 6, n. 2, p. 5-28, 2016.
- BARRIOS, Miguel Ángel (Org.). Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne. **The foreign policies of the Global South**. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.
- CARMO, Corival Alves do; PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, p. 54-75, jan./jun. 2016.
- CARMONA, Ronaldo. O retorno da geopolítica: a ascensão dos BRICS. **Austral - Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 3, n. 6, p. 37-72, jul./dez. 2014.
- CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2016.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- DUSSEL, Enrique. **La esfera material de la política, los momentos ecológico, económico y cultural**. México, D.F.: Asociación de Filosofía y Liberación, 2005.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).
- FERCHEN, Matt. The BRI in Latin America: new wine in old bottle? In: SCHNEIDER, Florian (Ed.). **Global perspectives on China's Belt and Road Initiative: asserting agency through regional connectivity**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2021. p. 97-112.

- FIORI, José Luís da Costa. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editora S.A., 1970.
- GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul e Alba: caminhos da integração da América Latina. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). **Mercosul a Unasul**: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 395-417.
- GRAY, Kevin; GILLS, Barry. South-South cooperation and the rise of the Global South. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 557-574, 2016.
- GROVOGUI, Siba. A revolution nonetheless: the Global South in international relations. **The Global South**, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS; Contraponto, 2002.
- HAGE, José Alexandre Alahyde. Alguns aspectos conceituais da geopolítica: breve investigação entre o clássico e o moderno no pensamento geopolítico. **Meridiano 47**, v. 17, p. 1-11, 2016.
- JINPING, Xi. **A governança da China**. Rio de Janeiro: Contraponto; Foreign Expressa, 2019. v. 2.
- KELLY, Philip. **Checkerboards and shatterbelts**: the geopolitics of South America. Austin: University of Texas Press, 1997.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).
- LARRAÑAGA, Félix Alfredo. Mercosul: o desafio logístico 20 anos depois. In: GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 543-571.
- MAÇÃES, Bruno. **Belt and Road**: a Chinese world order. New York: Oxford University Press, 2019.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, v. 1, n. 31, jan./abr. 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. El pensamiento filosófico del “giro descolonizador”. In: DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (Eds.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe, y “latino” (1300-2000)**: historia, corrientes y filósofos. México: Siglo Veintiuno, 2011. p. 683-697.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 1 mar. 2008
- MARTINS, Carlos Eduardo. As ciências sociais e os desafios da globalização. **Revista de La Facultad de Economía – BUAP**, v. 9, n. 27, sep./dic. 2004.
- MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera**: sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB; UACJ, 2015.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais\Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIZOCZKY, Maria. Das práticas não-gerenciais de organizar a organização para a práxis da libertação. In: FLORES, Rafael; MORAES, Joysi (Orgs.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010. p. 13-56.
- NOLASCO, Edgar César. Por um Manifesto modernista, não; descolonial. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 2, n. 22, p. 35-43, 2019.
- NOLASCO, Edgar César. Crítica biográfica fronteiriça (Brasil/Paraguai/Bolívia). **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 7, n. 14, p. 55-76, 2015.
- PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.

Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Péru Indígena**. v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia sul-americana (2001-2016)**. 2020. 392 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. *Revista Neiba*, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2016.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Desenvolvimento e integração na América Latina**. 2014. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; FIGUEIREDO, Talita Estrella Figueira. Colonialidade na América Latina e descompartmentalização do saber. **Revista Habitus**, v. 10, n. 2, p. 82-97, dez. 2012.

SADER, Emir. *A nova touperia: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Marcos C. **Construindo inimigos para a América do Sul: os discursos de segurança no Conselho de Defesa da Unasul**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. 1-11, 3 dez. 2018.

SEVERO, Luciano Wexell. A importância estratégica da Venezuela no Mercosul. In: GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 573-606.

SOSA, Alberto J. ¿Mercosur frente a la Unasur? In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 119-149.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Geopolítica e regionalismo continental. *Carta Internacional*, v. 3, n. 1, p. 52-55, fev. 2008.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. As razões de existência do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 124-148, 2016.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIÉGAS, Willyan Alvarez; RODRIGUES, Bernardo Salgado. O Projeto de Desintegração do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (Prosul): um bloco de regressividade autônoma. **Mural Internacional**, v. 12, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel (Coord.). **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. Siglo XXI editores, 1996.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

ZILIO, Lara Bethânia et al. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Cad. EBAPE. BR**, v. 10, n. 4, dez. 2012.